

ESPAÇO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE MAPAS EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Marina de F. Vilela¹; Vicente P. Soares²; France M. G. Coelho³ e Ricardo de A. Pereira⁴

¹Engenheira Florestal, Pesquisadora da Embrapa Cerrados, Rod. BR 020, Km 18, Caixa Postal 08223, Planaltina-DF, CEP 73301-970. marina@cpac.embrapa.br

²Engenheiro Florestal, Professor da Universidade Federal de Viçosa, PhD. Dep. Engenharia Florestal, Campus Universitário UFV, Viçosa MG. 35571-000

³Historiadora, Professora da Universidade Federal de Viçosa, PhD. Dep. de Economia Rural, Campus Universitário UFV, Viçosa MG. 35571-000

⁴Agrônomo, DSc. Supervisor INCRA/SR-28 SIG Quadra 4 lote 417-DF

Introdução

A informação geográfica nem sempre pode ser comunicada adequadamente por mensagens construídas oralmente ou por linguagem matemática estatística (Silva, 1996). Imagens construídas a partir de uma fonte de dados georreferenciados, podem propiciar uma comunicação mais adequada acerca dos fatos, fenômenos e eventos geográficos, desde que se proceda a construção socialmente partilhada dos dados e informações.

Conhecer o espaço, dominar o território é antes de tudo um exercício de força e de poder no espaço social, o qual não deve ficar circunscrito ao campo econômico, mas considerar as lutas simbólicas desenvolvidas no âmbito, político, jurídico e cultural (Bourdieu, 1989).

Enquanto o espaço é concebido como o resultado do encontro entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade, permitindo substanciar as condições de vida do grupo, (Silva, 1996), a noção de território contempla uma representação coletiva, uma ordenação desse espaço. Segundo Maldí (1997, p.186) a "transformação do espaço em território é um fenômeno de representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem".

Trabalhos onde se inserem a questão socioeconômica e cultural, como o caso do movimento de luta pela terra, os mapas devem ultrapassar o domínio tecnológico, uma vez que valores socialmente produzidos, devem estar inseridos na elaboração dos mesmos. Acreditando nesta premissa objetivou-se a elaboração de um mapa socialmente partilhado da área, inserindo os conceitos de espaço, território e fronteira.

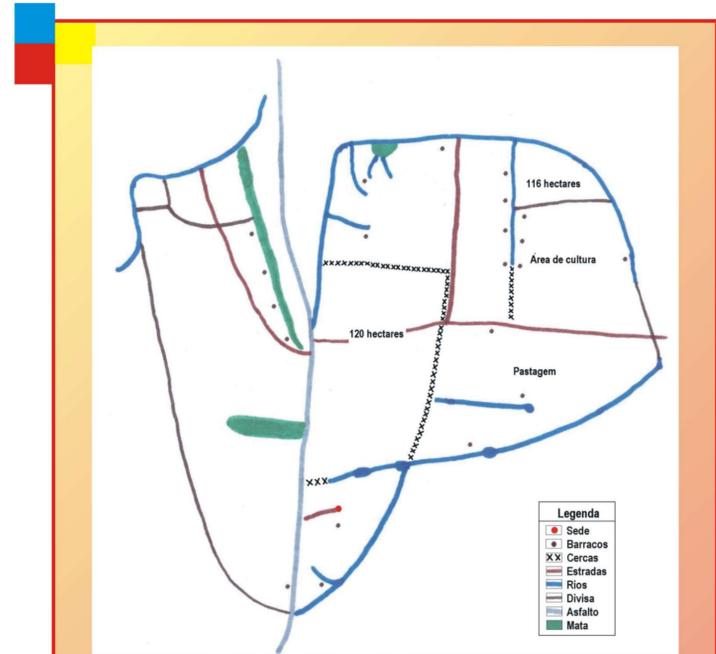


Figura 1. Esboço elaborado pelos assentados do Projeto de Assentamento Quebra Anzol, identificando estruturas e feições relevantes em função do conhecimento e pretensões dos mesmos para com o espaço.

Mapeando o espaço e o território

Para entender o conhecimento e a visão dos assentados em relação ao espaço, utilizou-se a Técnica do Mapeamento Conjunto: um esboço espacial feito pelos próprios assentados expressando naturalmente, fenômenos, estruturas e usos, considerados relevantes e prioritários (Figura 1).

Em etapa posterior, confrontaram-se o esboço do espaço, elaborado em conjunto, com o mapa real da área (Figura 2), ambos contendo as estruturas e as feições expressas pelos assentados.

Analisando-se as Figuras 1 e 2 observou-se: a) relevância dada a área de 120 hectares, perdida durante o processo de negociação da fazenda, e a área vizinha formada por pastagem, em função do tamanho, comparativamente maior, atribuído as mesmas no esboço. b) a decepção pela perda área de 116 hectares não foi materializada no esboço, e sim verbalmente, isso devido a localização da área, distante do convívio diário, não perpetuando o sentimento de decepção pela perda. c) a relevância dada aos barracos e a sua disposição na área, representa o início da ocupação e a ordenação do espaço, a definição de território.

O mapa real da área causou certa euforia entre os assentados, porque nele foram plotados fotografias de feições conhecidas, facilitando o posicionamento, o entendimento e a leitura do mapa. Diante da facilidade de interpretação os assentados puderam observar o tamanho relativo das áreas de 120 e 116 hectares perdidas, e demonstraram certo espanto em relação ao tamanho relativo da área destinada à reserva legal.

O mapeamento do território, o ordenamento do espaço, foi regido por fatores ambientais, culturais, sociais e econômicos do grupo no espaço demarcado. O modelo de lote individual, apoiado pelos mediadores do movimento local, é uma concepção que os assentados trouxeram consigo. Laços e afinidades levaram alguns assentados a manifestar interesse pelo trabalho que se poderia chamar semi-coletivo, ou seja, união eventual de atividades produtivas entre vizinhos.

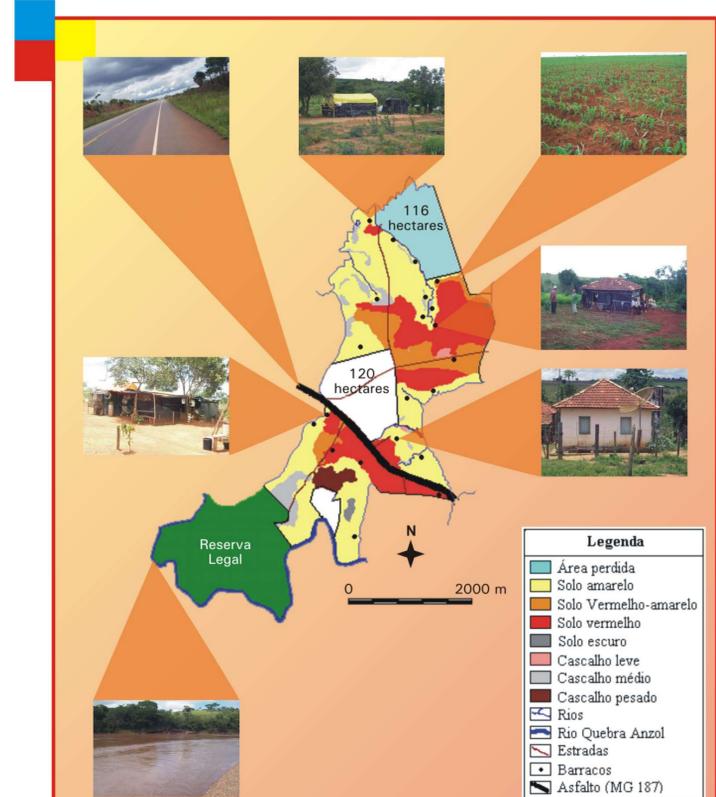


Figura 2. Mapa do Projeto de Assentamento Quebra Anzol contendo estruturas e feições levantadas e reconhecidas pelos assentados.

Considerações finais

O mapa da área, elaborado segundo a relevância das informações e simbologias apresentadas pelos assentados, permitiu a sua melhor interpretação e a melhor compreensão da área, principalmente em relação ao tamanho relativo das superfícies identificadas.

Diante das idéias e definições abordadas, é lógico afirmar que os assentados devem participar de todas as etapas dos processos que culminam na confecção dos mapas, seja manifestando sua cultura, seu conhecimento seus objetivos, seus anseios, suas pretensões, ou coletando dados.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A. 1989. 311p.
- MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.40, n.2, p.183-221, 1997.
- SILVA, J.M. *Território, tradição e identidade*. In: XX Encontro da ANPOCS, outubro, 1996, Caxambu. *Anais... Caxambu*: [s.n.], 1996.